

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Brasil encerrou 2015 com um dos piores cenários macroeconômicos dos últimos tempos. Inflação e desemprego em elevação, produtividade insatisfatória, desvalorização do real, crédito minguante e índices de investimentos abaixo do mínimo necessário deterioraram a taxa do Risco Brasil e levaram à perda do grau de investimento. A insustentável situação fiscal do Estado Brasileiro, aliada à queda de preços das commodities e à desaceleração da China, impôs a necessidade de revisão da política econômica adotada com vistas a restaurar a confiança empresarial e dos consumidores. Os efeitos perversos do retrocesso da economia, com desdobramentos que agravam as desigualdades sociais, estão potencializados por uma crise política grave, que a cada dia demonstra a obsolescência e o anacronismo do sistema de financiamento partidário e eleitoral do País. Para reverter esse cenário é preciso repensar o papel do Estado e as relações entre empresas privadas e estatais, políticos e sociedade. Os investimentos em infraestrutura serão determinantes para a retomada da economia

desde que efetuados com planejamento de longo prazo, maior participação do setor privado e eficiência nos investimentos públicos, em um mercado competitivo com ética, transparência e competência técnica. As empresas do portfólio da Camargo Corrêa S.A. seguem orientadas a servir seus clientes no Brasil e no exterior, cuidando do meio ambiente, apoiando as comunidades onde atuamos, gerando empregos e promovendo benefícios econômicos e sociais duradouros. Junto aos agentes econômicos, políticos e demais atores da sociedade, acreditamos que apoiados por valores éticos e humanos, poderemos criar as condições para reverter expectativas e, a partir das reformas necessárias, estabelecer um novo ciclo de crescimento. Neste contexto, cabe destacar também o movimento estratégico para direcionar ainda mais o foco de atuação para o segmento de infraestrutura com a venda do controle acionário da Alpargatas S.A., empresa na qual participava desde 1982 e onde consolidou reputação na criação de valor de longo prazo e histórico associativo. A Construtora

Camargo Corrêa, de forma responsável e pioneira, deu passos fundamentais para consolidar seu compromisso com a integridade ao mesmo tempo em que seguiu superando desafios com a entrega de obras relevantes para clientes e comunidades. O reposicionamento da empresa ganhou concretude após a homologação pelo Poder Judiciário de acordo de leniência em que assumiu responsabilidades, corrigiu desvios e reforçou com mecanismos modernos e eficazes seus programas de controle interno. Ao renovar sua gestão executiva, criou uma vice-presidência dedicada à governança corporativa e *compliance*, elevando a área a um novo patamar. Com o apoio de clientes, parceiros, profissionais e acionistas, as empresas do portfólio de negócios da Camargo Corrêa S.A. seguem confiantes na superação do atual período de incertezas, do qual sairão mais fortes e mais preparadas para continuar contribuindo com o desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde atuam no Brasil e nos países em que estão presentes.

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014
Ativos			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	859.105	390.999
Títulos e valores mobiliários	5	69.823	154.689
Contas a receber		–	3.979
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		42.639	91.880
Partes relacionadas	13	8.696	107.931
Impostos a recuperar		6.925	–
Outros créditos	6	140.598	101.992
Total dos ativos circulantes		1.127.786	851.470
Não Circulantes			
Contas a receber		–	18.225
Partes relacionadas	13	14.843	40.135
Impostos a recuperar		–	106.438
Depósitos judiciais		1.267	1.108
Outros créditos	6	240.408	2.364
Investimentos:			
Em empresas controladas	7.1	13.375.632	13.129.842
Em outras empresas		285	285
Imobilizado e intangível		6.977	4.632
Total dos ativos não circulantes		13.639.412	13.303.029
Passivos e Patrimônio Líquido			
Circulantes			
Fornecedores		2.403	1.493
Empréstimos e financiamentos	10	37.888	946
Debêntures	11	77.633	44.122
Obrigação para aquisição de ações de controlada	9	193.590	–
Salários e férias a pagar		31.988	15.478
Impostos e contribuições a recolher	8	49.349	10.336
Dividendos e juros sobre o capital próprio		8.760	33.002
Partes relacionadas	13	1.671.204	334.294
Outras obrigações	12	133.625	78.826
Total dos passivos circulantes		2.206.800	518.497
Não Circulantes			
Obrigações por conta de aquisição de investimentos		31.569	29.991
Obrigação para aquisição de ações de controlada	9	1.536.270	1.532.341
Empréstimos e financiamentos	10	514.833	514.763
Debêntures	11	1.403.263	1.847.014
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	11.776	11.008
Provisão para perda em controladas	7.1	516.791	273.033
Partes relacionadas	13	913.514	745.487
Impostos e contribuições a recolher	8	71.001	75.184
Outras obrigações	12	9.350	–
Total dos passivos não circulantes		5.008.367	5.028.821
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	5.768.667	5.768.667
Transações com sócios		(589.240)	(477.821)
Reservas de lucros		2.787.919	3.763.389
Ajustes de avaliação patrimonial		(415.315)	(447.054)
Total do patrimônio líquido		7.552.031	8.607.181
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		14.767.198	14.154.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014
Resultado de Participações			
Resultado de equivalência patrimonial	7.1	(939.595)	422.158
Dividendos e juros sobre o capital próprio de investimentos avaliados ao custo		2	1.082
		(939.593)	423.240
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(108.057)	(72.265)
Honorários da administração	16	(56.589)	(16.260)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	118.660	(37.072)
		(45.986)	(125.597)
		(985.579)	297.643
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	305.673	116.993
Despesas financeiras	17	(1.801.383)	(533.953)
		(1.495.710)	(416.960)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de renda e da Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Lucro (Prejuízo) das Operações Continuadas			
Resultado das Operações Descontinuadas			
Lucro (Prejuízo) do Exercício			
Operações e Amortização de Operações Continuadas - Básico e Diluído por Ação - R\$			
Lucro Líquido das Operações Descontinuadas - Básico e Diluído por Ação - R\$			
	15	11.651,82	866,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto valores por ação)						
	Nota explicativa	Capital social	Transações com sócios	Reservas de lucros Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		5.899.562	(259.883)	436.255	3.529.610	9.121.055
Redução de capital	15	(130.895)	–	–	–	(130.895)
Efeito de combinação de negócios em controladas operacionais	15	–	(194.716)	–	–	(194.716)
Outras transações de capital com acionistas	15	–	(23.222)	–	–	(23.222)
Resultado abrangente total do exercício		–	–	–	57.718	3.831
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado		–	–	–	(20.283)	20.283
Prescrição de dividendos em controladas		–	–	–	–	1.404
Dividendos pagos		–	–	(203.752)	–	–
Destinações:						
Reserva legal		–	–	1.276	–	(1.276)
Dividendos propostos		–	–	–	–	(24.242)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		5.768.667	(477.821)	437.531	3.325.858	8.607.181
Efeito de combinação de negócios em controladas	15	–	(126.393)	–	–	(126.393)
Outras transações de capital com acionistas	15	–	14.974	–	–	14.974
Resultado abrangente total do exercício		–	–	–	63.449	(826.194)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	15	–	–	–	(31.710)	2.578
Prescrição de dividendos em controladas		–	–	–	–	1.910
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	15	–	–	(153.764)	–	(153.764)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		–	–	(821.706)	–	821.706
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		5.768.667	(589.240)	437.531	2.350.388	7.552.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)						
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			247.953	111.292		
Lucro (prejuízo) das operações continuadas antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.481.289)	(119.317)	(293.619)	(199.982)		
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			(45.666)	(88.690)		
Depreciação e amortização	32.108	22.833	90.667	(71.135)		
Resultado de equivalência patrimonial	939.595	(422.158)	(1.721.986)	36.221		
Constituição (reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(47)	359	2.723.172	265.000		
Juros, encargos e variações cambiais provisionadas	1.475.696	477.003	(585.777)	(284.392)		
Reestruturação societária em investidas	–	–	–	3.174		
Redução de capital em investidas	–	–	–	(294.294)		
Caixa líquido na incorporação	–	–	532.360	54.860		
Resgate de swap	–	–	58.521	–		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	–	–	(6.638)	(55)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	–	–	1.090.319	(290.593)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			–	2.014.242		
Captação de empréstimos e debêntures	–	–	(398.540)	(1.333.333)		
Pagamentos de empréstimos e debêntures	–	–	(178.007)	(299.015)		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	–	–	(576.547)	381.894		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	–	–	468.106	2.611		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa			390.999	388.388		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício			859.105	390.999		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício			1.250.104	779.387		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa S.A. ("CCSA" ou "Companhia") tem por objetivo exercer a gestão corporativa do Grupo Camargo Corrêa ("Grupo"), abrangendo aspectos estratégicos e operacionais, coordenar os recursos humanos, técnicos e financeiros das controladas e contribuir na formação de estratégias das empresas controladas e demais investidas, além de prospectar e desenvolver novos negócios. Atualmente, a CCSA possui participações relevantes e de liderança em diversas empresas que atuam em diversos setores da economia, alinhados com a estratégia de longo prazo do País, como engenharia e construção e indústria naval, cimento, concessões de energia e transporte e incorporação imobiliária. Adicionalmente, há negócios e investimentos ligados à agropecuária e manufatura têxtil. A seguir está descrita a estrutura societária dos negócios referidos anteriormente:

Cimento, concreto e agregados

Por meio de sua controlada InterCement Participações S.A. ("ICP"), possui o controle da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGP.S, S.A. ("CIMPOR") e atua no mercado de cimento, concreto e agregados no Brasil, na Argentina, no Paraguai, em Portugal, no Egito, na África do Sul, em Cabo Verde e em Moçambique.

Engenharia e construção naval

A controlada Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("CCCC") tem como objetivos principais a execução de serviços de construção, terraplenagem, obras de engenharia, montagem de usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos, transporte e apoio aquaviário, operação portuária, exploração naval, importação, exportação e demais atividades relacionadas. Os negócios são geridos pela área de Engenharia e Construção do Grupo, a qual está organizada em diferentes unidades de negócio: Infraestrutura, Indústria, Energia e Oleo e Gás.

A controlada indireta em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS"), que atua nas áreas de engenharia, construção, montagem, manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da indústria naval.

Vestúário e calçados

Até dezembro de 2015, a CCSA era a controladora da Alpargatas S.A. ("Alpargatas") que atua nos segmentos de vestuário e calçados, com as marcas Havaianas, Osklen, Mizuno, Topper, Rainha, Timberland e Dupé. Em 23 de dezembro de 2015, a CCSA alienou a totalidade de sua participação na Alpargatas, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.1(g).

Têxtil

O Grupo Tavex S.A. atua no setor têxtil por meio de dois principais negócios, os segmentos de telas de denim "premium" e telas para roupa de trabalho ("workwear"), com fábricas no Brasil e na Argentina.

Incorporação imobiliária

A Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("CCDI") atua em projetos de incorporação de imóveis residenciais e comerciais e controla a HM Engenharia e Construções S.A., que é focada no segmento de baixa renda - Minha Casa, Minha Vida.

Concessões de energia

O Grupo detém participação no bloco de controle da CPFL Energia S.A. ("CPFL"), que atua na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil.

Concessões rodoviárias

O Grupo detém participação no bloco de controle da CCR S.A. ("CCR"), que atua em concessões de rodovias e nos setores de infraestrutura metroviária e aeroportuária, além de transporte de massa, no modal aquaviário.

As controladas e controladas em conjunto estão sumarizadas na nota explicativa nº 7.1. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras individuais, capital circulante líquido negativo, substancialmente relacionado a vencimentos de obrigações com partes relacionadas no curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Essas obrigações foram classificadas de acordo com seus respectivos vencimentos acordados; entretanto, a Companhia, por ser a controladora das empresas credoras, possui a habilidade de postergar esses vencimentos.

Cabe ressaltar que essas transações são eliminadas no consolidado e, portanto, a situação consolidada apresenta capital circulante líquido positivo, conforme apresentado em relatório consolidado separado, de acordo com o mencionado na nota explicativa nº 2.1.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas da CCSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram apresentadas separadamente.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados investimentos avaliados por equivalência patrimonial e ativos e passivos mensurados por seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é registrado com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Mudanças nas participações em controladas

Os efeitos das mudanças nas participações em controladas, que não resultem em perda do controle, são registrados como transações de capital no patrimônio.

Quando a CCSA perde o controle de uma investida por alienação, o ganho ou a perda, registrado no resultado, é apurado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações de não controladores, bem como a realização das transações de capital (ajuste de avaliação patrimonial) registradas na investida no patrimônio.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPD 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado como ganho.

2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda no valor recuperável, se ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da CCSA (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade. Qualquer perda por redução no valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável do ágio não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do ganho ou da perda da alienação.

(b) Investimentos mantidos em conjunto ("joint ventures") e em coligadas

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a CCSA e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais, relacionadas às atividades da "joint venture", requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a CCSA possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem tem uma participação em um empreendimento em conjunto ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e

operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos, das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da CCSA no lucro ou prejuízo e ajustes de avaliação patrimonial das investidas. Quando a parcela da CCSA, em prejuízo de uma investida, excede a participação da CCSA naquela investida, a CCSA deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a CCSA tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da CCSA no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da CCSA no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a avaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, através da comparação de seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda reconhecida por redução ao valor recuperável é diminuída do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) a medida que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa do Grupo realiza uma transação com uma investida, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionada ao Grupo.

2.7. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como "empréstimos e recebíveis" e, portanto, contabilizados pelo método de "custo amortizado".

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

2.10. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são representados substancialmente por antecipações de imposto de renda e contribuição social e por retenções ocorridas sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas.

2.11. Transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada controlada, controlada em conjunto e coligadas da CCSA, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes, sendo as variações cambiais recon

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Fundos exclusivos (*)	2.677	1.104
Debêntures	63.882	151.870
Letras financeiras em instituições privadas	3.264	1.715
Outros	69.823	154.689
Total	80.646	209.378

(*) No exercício de 2015, as aplicações em fundos exclusivos renderam 102,13% do CDI (102,60% do CDI no exercício de 2014).

(a) A CCSA contratou instrumentos financeiros para cobertura parcial do fluxo de caixa para pagamento de dívidas financeiras, com vencimento até maio de 2018. Ver nota explicativa nº 20.2.
(b) Referem-se à taxa de estruturação pela contratação de uma nova linha de crédito, para futura emissão de debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 11, no item "Novas linhas de crédito".
(c) Contas a receber pela venda do investimento na controlada Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A., com vencimento em 24 meses e correção monetária pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP/M, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.1(d).

7. INVESTIMENTO

7.1. Composição das participações

Controladas:	Participação direta		Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido (ajustado)		Lucro (prejuízo) líquido do período		Resultado da equivalência patrimonial		Ajustes de avaliação patrimonial		Saldo do investimento	
	2015	2014	2015	2015	2015	2015	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	(g)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—
(d)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(j)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(k)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(l)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(m)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(n)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(o)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(p)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(q)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(r)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(s)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(t)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(u)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(v)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(w)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(x)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(y)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(z)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(aa)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ab)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ac)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ad)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ae)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(af)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ag)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ah)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ai)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(aj)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ak)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(al)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(am)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(an)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ao)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ap)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(aq)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ar)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(as)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(at)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(au)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(av)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(aw)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ax)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ay)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(az)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(ba)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bb)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bc)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bd)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(be)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bf)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bg)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bh)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bi)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bj)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—
(bk)	100,00	100,00	2.229.858	1.194.655	1.035.203	(37.668)	272.314	280.151	(37.668)	—	—	251.273	1.035.203	881.452	—	—

	2015	2014
Fluxo de caixa de operações descontinuadas		
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	2.764.958	14.278
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>2.764.958</u>	<u>14.278</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CCSA contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Podem ser utilizados instrumentos financeiros para contratação de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como nas operações com derivativos.

20.1. Gestão do capital

A estrutura de capital da CCSA é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 10, debêntures detalhadas na nota explicativa nº 11 e obrigação para aquisição de ações de controlada detalhada na nota explicativa nº 9, deduzidas pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da CCSA (que inclui capital emitido, reservas e lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 15).

20.2. Risco de mercado

Algumas das atividades da CCSA podem gerar exposições principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A CCSA utiliza-se de instrumentos do mercado financeiro e derivativos para administrar suas exposições a tais riscos.

Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

a) Risco de taxa de câmbio

A CCSA possui ativos e passivos em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, euros, pesos argentinos e bolívares venezuelanos, cujos saldos podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas denominadas em moeda estrangeira estão relacionados a seguir (saldos apresentados em reais):

Ativo:	Moeda	2015	2014
Recursos em contas bancárias	€	1.325	1.010
Partes relacionadas	VEF	14.843	40.135
Partes relacionadas	€	4.373	105.939
Ativo exposto		<u>20.541</u>	<u>147.084</u>
Passivo:			
Partes relacionadas	US\$	1.117.323	780.136
Partes relacionadas	€	75.308	27.130
Partes relacionadas	ARS	261	274
Passivo exposto		<u>1.192.892</u>	<u>807.540</u>

€ - euros.

VEF - bolívares venezuelanos.

US\$ - dólares norte-americanos.

ARS - pesos argentinos.

Derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela CCSA são para reduzir a exposição às variações de taxas de juros e moedas estrangeiras, apresentadas nas rubricas "Outros créditos" e "Outras obrigações", os quais são qualificados como cobertura de fluxo de caixa e estão detalhados a seguir:

Valor nocional	Vencimento	Tipo de operação	Outros créditos (nota explicativa nº 6)		Outras obrigações (nota explicativa nº 12)	
			Valor justo 2015	Valor justo 2014	Valor justo 2015	Valor justo 2014
US\$455.257.244	Maio de 2016 a Maio de 2018	"Swap" de moeda e taxa por CDI	115.169	90.177	8.821	49.922
US\$344.736.000	Maio de 2018	"Swap" de taxa fluante por taxa fixa	-	7.356	948	-
US\$93.614.000	Fevereiro de 2016	"Swap" de moeda, índice e taxa por CDI	61.332	1.779	986	3.217
US\$45.204.000	Fevereiro de 2016	"Swap" de CDI por moeda, índice e taxa	-	1.658	32.472	3.232
R\$1.191.841.309	Dezembro de 2017	"Swap" de CDI por taxa fixa	19.596	-	29	-
R\$1.724.587.104	Fevereiro de 2016	"Termo de Moedas" - moeda por taxa fixa	<u>39.627</u>	<u>-</u>	<u>31.661</u>	<u>-</u>
			<u>235.724</u>	<u>100.970</u>	<u>74.917</u>	<u>56.371</u>

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A CCSA está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI e da SELIC, demonstradas a seguir:

Ativo:	2015	2014
CDI	700.752	396.187
Selic	139.983	45.184
Ativo exposto	<u>840.735</u>	<u>441.371</u>
Passivo:		
CDI	4.675.698	3.939.186
Passivo exposto	<u>4.675.698</u>	<u>3.939.186</u>
Exposição líquida (passiva)	<u>3.834.963</u>	<u>3.497.815</u>

20.3. Categorias de instrumentos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado

	2015	2014
Ativos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado:		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e bancos	1.481	1.188
Contas a receber	-	22.204
Partes relacionadas	23.539	148.066
Outros créditos	145.282	3.386
Mantidos até o vencimento:		
Equivalentes de caixa	5.320	-
Títulos e valores mobiliários	69.823	154.689
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:		
Equivalentes de caixa	852.304	389.811
Derivativos	235.724	100.970
Passivos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	2.403	1.493
Empréstimos e financiamentos	552.721	515.709
Debêntures	1.480.896	1.891.136
Obrigação para aquisição de ações de controlada	1.730.220	1.532.341
Obrigações por conta de aquisição de investimentos	31.569	29.991
Partes relacionadas	2.584.718	1.078.640
Outras Obrigações	68.059	22.455
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:		
Outras obrigações - derivativos	74.916	56.371

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 2015, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, para transações do resultado relevantes em moeda estrangeira da CCSA e aqueles expostos a variações do CDI e da Selic, é conforme segue:

Operação	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição a moeda estrangeira:				
Ativo:				
Bancos	Valorização do real	188	(190)	(569)
Partes relacionadas	Valorização do real	620	(4.339)	(9.298)
Passivo - Partes relacionadas	Desvalorização do real	153.972	490.688	827.404
Exposição a índices variáveis:				
Ativo:				
CDI	Decréscimo do índice	111.139	83.354	55.570
Selic	Decréscimo do índice	22.215	16.661	11.108
Passivo - CDI	Acréscimo do índice	741.641	927.051	1.112.461

O cenário 1 é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo determinado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações mencionadas, tendo em conta até 12 meses de vencimento. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices, em relação ao cenário 1, de 25% e o cenário 3 de 50% em relação ao cenário 1.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Previdência privada

A CCSA possui um plano de previdência privada complementar, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a CCSA e o colaborador contribuem mensalmente. Além das contribuições básica e suplementar realizadas pelo colaborador em contrapartida à CCSA, há também a contribuição esporádica realizada somente pelo colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a CCSA contribuiu com o montante de R\$1.333 (R\$1.112 em 2014).

(b) Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte e treinamentos, entre outros.

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

	2015	2014
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Devolução de capital social de investida com transferência de investimentos	-	130.891
Aumento de investimento com assunção de dívida	36.031	41.265
Redução de investimento com liquidação de dívida	-	(199.676)
Aumento de investimento com adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.042
Aquisição de investimento com contas a pagar a partes relacionadas referente à aquisição da Atila e CCDenmark	867.139	-
Baixa de dividendos da CCIL por compensação com adiantamento	-	-
para futura redução de capital da CCIL	152.855	-
Venda de investimento ainda não recebido	107.919	-

23. OPERAÇÃO "LAVA JATO" E SEUS REFLEXOS EM CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2014, divulgamos em nossas notas explicativas que, em março de 2014, a Controlada Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("CCCC" ou "Controlada") havia tomado conhecimento, através da imprensa, das investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil e pelo Ministério Público Federal, da denominada "Operação Lava Jato" (Operação). A Administração da CCCC, apoiada por especialistas externos por ela contratados adotou diversas medidas objetivando esclarecer os fatos, identificar possíveis riscos e consequências nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

A Administração da CCCC e os especialistas por ela contratados analisaram os registros contábeis e financeiros, efetuaram investigações de natureza forense nos arquivos, documentos e transações da CCCC e de seus colaboradores, com o objetivo de identificar eventuais indícios de desvios de conduta ou descumprimento das normas de Compliance, regidas pelo Programa Interno de Gestão da Ética e Integridade. Em decorrência dos desdobramentos da Operação conhecidos até aquele momento, a

Administração da CCCC, em conjunto com os seus consultores jurídicos, identificou e avaliou os riscos com desfecho considerado de: (i) possível perda de até R\$730 milhões, para as quais nenhuma provisão foi registrada; e (ii) provável perda de R\$62 milhões, para a qual foi constituída provisão em 31 de dezembro de 2014.

A avaliação dos consultores jurídicos levou em consideração não apenas os processos administrativos e judiciais existentes e movidos pela Corregedoria Geral da União e pelo Ministério Público Federal, mas também outros que eventualmente poderiam ter sido iniciados em desfavor da Companhia.

As investigações continuaram e, em 2015, com base nos achados das investigações supra referidas, a CCCC celebrou com as autoridades públicas brasileiras três acordos de colaboração, reduzindo incertezas sobre sanções legais e conferindo, assim, maior previsibilidade ao fluxo de caixa: (i) Acordo de Leniência celebrado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 31 de julho de 2015, referente às obras de montagem eletromecânica da usina Angra 3, em licitação da Eletronuclear; (ii) Termo de Compromisso de Cessação (TCC) celebrado com o CADE em 19 de agosto de 2015, pelo qual a CCCC se comprometeu a colaborar com as investigações de condutas anticompetitivas no âmbito das licitações da Petrobras e a pagar uma contribuição pecuniária de R\$104 milhões, em quatro anos; (iii) por fim, em reconhecimento de sua boa-fé, comprovada por atos concretos, o Ministério Público Federal (MPF) celebrou com a CCCC, em 21 de agosto de 2015, Acordo de Leniência, pelo qual a CCCC se comprometeu a devolver R\$700 milhões a título de ressarcimento por prejuízos causados à sociedade, a serem pagos em 8 anos.

A CCCC contabilizou R\$804 milhões a pagar referente a estes acordos em 30 de junho de 2015, como Outras Obrigações, e amortizou R\$43,7 milhões durante 2015, sendo que em 31 de dezembro de 2015 a CCCC possui um saldo a pagar de R\$772,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências possíveis relacionadas a essa questão foram avaliadas em aproximadamente R\$19 milhões, para as quais nenhuma provisão foi contabilizada nas demonstrações financeiras pela CCCC, por serem consideradas possíveis e não prováveis.

A CCCC, com o apoio de seus consultores jurídicos, avaliou que, com estes acordos, não apenas os processos administrativos e judiciais existentes, mas também outros que eventualmente possam ser iniciados em desfavor da CCCC estão cobertos pelos valores firmados.

As notícias da Operação Lava Jato repercutem em países da América Latina, onde a empresa atua. De acordo com informações veiculadas em meios de comunicação está ocorrendo investigação por supostos atos de corrupção no Peru envolvendo empresas brasileiras. A Administração da Companhia, com base nas investigações de natureza forense efetuadas em suas unidades não identificou evidências de atos ou transações que possam caracterizar riscos desta natureza, nem há nenhuma acusação formal contra a empresa. Assim, a Administração, baseada na opinião de seus advogados, considera remota a possibilidade de um futuro desembolso de caixa decorrente das investigações em curso naquele país.

24. CONTROLADA EM CONJUNTO ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL - ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS COM A SETE INTERNATIONAL GMBH E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Em 4 de março de 2015, a controlada indireta em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS"), notificou a Sete Brasil e suas Afiliadas ("SETE") quanto ao encerramento dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração (Drill Ship) ("Contratos EPC"), tendo em vista a inadimplência da SETE quanto ao pagamento dos valores devidos ao EAS nos termos dos referidos Contratos EPC, após decorrido o correspondente período de cura.

A decisão do EAS de encerrar os Contratos de EPC com a SETE levou em consideração sólidos fundamentos legais, bem como os aspectos financeiros e operacionais do contrato. O objetivo principal desta decisão foi evitar ainda maiores prejuízos ao EAS, seus parceiros e colaboradores, permitindo ao EAS que ajustasse sua estrutura considerando o novo fluxo de caixa, então impactado negativamente pelo não pagamento dos valores devidos pela SETE a partir de novembro de 2014.

Ademais, importa ressaltar que o término dos Contratos EPC não impacta os demais projetos do EAS, que continuam com suas operações regulares. Os Contratos EPC representavam R\$11.537.698 (R\$3.843.207, no percentual da Companhia), sendo que desse total R\$2.649.960 (R\$882.701, no percentual da Companhia) já foram reconhecidos como receitas até 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras do EAS, dessa forma, incluem todos os ajustes relacionados ao término do contrato, refletindo todos os efeitos decorrentes dos termos contratuais, com clientes e renegociação com fornecedores e prestadores de serviços, gerando um efeito líquido de ganho operacional de R\$1.147.530 (R\$382.242, no percentual da Companhia) e perdas em efeitos de variação cambial passiva de R\$907.446 (R\$302.270, no percentual da Companhia), sendo esses efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e refletidos no saldo do investimento da controlada Camargo Corrêa Naval Participações Ltda. e no resultado de equivalência patrimonial.

Em relação aos débitos remanescentes com seus fornecedores, a controlada em conjunto efetuou o reconhecimento de suas obrigações em seu balanço patrimonial, no entanto, a controlada em conjunto segue com as negociações com esses fornecedores a fim que seja possível alcançar uma saída amigável para os valores cobrados.

Os acionistas da controlada indireta em conjunto, incluindo a Companhia, aprovaram aportes de recursos necessários à manutenção de suas operações, até que a mesma atinja a rentabilidade esperada, bem como a equalização do capital circulante líquido negativo.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2016, a CCSA realizou a recompra de 200 debêntures, de sua 8ª emissão de debêntures simples, pelo valor de R\$201.449, passando a partir de então, a deter 100% das debêntures daquela emissão. Em assembleia geral realizada em 02 de março de 2016, foi aprovado o cancelamento integral das debêntures da 8ª emissão, compreendendo um total de 600 debêntures. Em 28 de janeiro e 4 de fevereiro de 2016, a CCSA enviou adiantamentos para futuro aumento de capital à controlada A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., no montante total de R\$295.465, que foram destinados à capitalização de sua subsidiária Grupo Tavex S.A. para amortizar parte de seu endividamento bancário.

Em 19 de fevereiro de 2016, a CCSA assinou aditivo para prorrogação dos mútuos com sua controlada Allpar S.à.r.l. para maio de 2017 e de 2018.

26. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2015, a CCSA é garantidora de determinados empréstimos e financiamentos contratados por suas controladas. Em relação às empresas controladas em conjunto, a CCSA é garantidora de financiamentos do EAS da ordem de R\$600.000.

27. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na Reunião da Diretoria da CCSA realizada em 14 de abril de 2016, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Camargo Corrêa S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Camargo Corrêa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Administração da controlada indireta em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. vem adotando uma série de medidas de reestruturação operacional e financeira, buscando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, os acionistas da controlada indireta em conjunto, incluindo a Companhia, aprovaram aportes de recursos necessários à manutenção de suas operações, até que a mesma atinja a rentabilidade esperada, bem como a equalização do capital circulante líquido negativo. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do sucesso dessas medidas, de contratações futuras de clientes e do resultado favorável das negociações com os fornecedores pela controlada indireta em conjunto, assunto também mencionado na nota explicativa nº 24. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e sobre eles emitimos relatório datado de 24 de março de 2015,

contendo ressalvas: (i) quanto ao assunto mencionado na nota explicativa nº 23; (ii) sobre o fato de as demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. em 31 de dezembro de 2014 não estarem concluídas até a data de emissão do relatório. Esses assuntos foram resolvidos no exercício de 2015, sem efeitos retrospectivos.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a apresentação de tal demonstração. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Camargo Corrêa S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram apresentadas separadamente e foram por nós auditadas, e sobre elas emitimos relatório, em 14 de abril de 2016, com ênfase similar à descrita anteriormente.

São Paulo, 14 de abril de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura

Contador

CRC nº 1 SP 179631/O-2

Deloitte.